

Expectativas diante da aposentadoria: Um estudo de acompanhamento em momento de transição¹

Camila Vianna Duarte

Lucy Leal Melo-Silva²

Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, Brasil

RESUMO

O objetivo desse estudo foi investigar as expectativas de um grupo de pessoas em situação de aposentadoria. O estudo de caráter exploratório, de acompanhamento (*follow-up*) e descritivo, foi conduzido segundo enfoque de pesquisa qualitativa compreensivista. Participaram do estudo 15 homens e 15 mulheres ($n=30$), com idades variando de 40 a 69 anos, trabalhadores do setor privado, que deram entrada ao pedido de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semi-dirigidas e das notas de campo do pesquisador. Ambos os instrumentos foram utilizados, em dois momentos: com os sujeitos prestes a se aposentar e após um período de aproximadamente doze meses. Os resultados evidenciam sentimentos de insegurança, decorrente ora da instabilidade financeira ora da ameaça da perda do papel social iminente. A situação de não-trabalho é associada ao envelhecimento em sua conotação negativa, somando-se à inatividade, ao fim da trajetória profissional e à perda das capacidades funcionais.

Palavras-chave: aposentadoria; identidade profissional; envelhecimento.

ABSTRACT: Views about retirement: A follow-up study

This exploratory and follow-up qualitative research aimed to investigate the views of a group of workers about retirement. The participants were 15 men and 15 women ($n=30$), aged 40 to 69, working in the private urban sector, who had just applied for retirement to the official Brazilian National Institute of Social Security (BNISS). The data were collected by means interviews, at two moments: first, when the subjects were on the verge of retirement and second, nearly 12 months after retirement. The results showed feelings of insecurity due to either financial destabilization or the impending loss of their social role. The subjects' views about retirement, at the two moments of the study, are associated to some negative aspects of aging, such as: end of career and loss of functional abilities.

Keywords: retirement; professional identity; old age.

RESUMEN: Expectativas ante la jubilación: Un estudio de seguimiento en momento de transición

El objetivo de este estudio fue investigar las expectativas de un grupo de personas en condiciones de jubilarse. El estudio de carácter exploratorio, de seguimiento (*follow-up*) y descriptivo, fue conducido de acuerdo con un enfoque de encuesta cualitativa comprensiva. Participaron del estudio 15 hombres y 15 mujeres ($n=30$) con edades variando de 40 a 69 años, trabajadores del sector privado, que presentaron el pedido de jubilación en el Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Los datos se obtuvieron por medio de entrevistas semidirigidas y de las notas de campo del investigador. Ambos instrumentos se utilizaron en dos momentos: con los sujetos a punto de jubilarse y después de un período de aproximadamente doce meses. Los resultados evidencian sentimientos de inseguridad, derivada tanto de la inestabilidad financiera como de la amenaza de la pérdida inminente del papel social. La situación de no-trabajo se asocia al envejecimiento en su connotación negativa, sumándose a la inactividad, el fin de la trayectoria profesional y la pérdida de las capacidades funcionales.

Palabras clave: jubilación; identidad profesional; envejecimiento.

¹ As autoras agradecem à FAPESP (Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo financiamento da presente pesquisa.

² Endereço para correspondência: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Departamento de Psicologia e Educação. Av. Bandeirantes, 3900, 14040-901, Ribeirão Preto-SP, Brasil. Fone: (16) 36023789. E-mail: lucileal@ffclrp.usp.br

Na América Latina e notadamente no Brasil, uma das metamorfoses mais intensas observadas recentemente é a nova característica da composição por faixa etária da população. No período de 1950 a 2000, a participação de brasileiros em idade considerada “potencialmente ativa” pelo censo demográfico – de 15 a 64 anos de idade – subiu de 55,7% para 64,6% e entre as pessoas com idade a partir dos 65 anos elevou-se de 2,5% para 5,9%. Percebe-se assim que, em um período de 50 anos, a participação de indivíduos com 65 anos ou mais na sociedade foi duplicada (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000). Os dados evidenciam que o Brasil está envelhecendo em termos populacionais, situação que leva, indubitavelmente, a questionamentos sobre a possibilidade de sobrevivência digna de pessoas em idade mais avançada, em um país que não resolveu sequer os problemas de educação, trabalho e emprego para a população jovem e adulta.

A população mais envelhecida tem buscado cada vez com maior afinco manter-se produtiva e empregada, seja por necessidade financeira ou pela manutenção de um significado mais complexo associado ao trabalho que adquire centralidade na vida das pessoas nas sociedades ocidentais contemporâneas. A pressão exercida sobre os sujeitos para que adotem certos papéis, será proporcional à importância do indivíduo em seu contexto (Santos, 1990). O papel de trabalhador, tão exaltado na construção identitária, pode romper-se diante da saída do mundo do trabalho, tornando-se relevante uma reorganização do projeto de vida e de sua identidade, já que a centralidade do trabalho em nossa sociedade confere uma perspectiva de exclusão social para aqueles que se encontram em situação de aposentadoria (Silva, 1999).

Diante dessas questões, a fase anterior ao desligamento do trabalho, o período de preparação para a aposentadoria, é de suma importância para o trabalhador. Na definição de Stucchi (1998), o período da pré-aposentadoria é descrito como um momento em que cada pessoa deve começar a planejar uma nova etapa na vida e a decidir, em função dela, a melhor hora para se aposentar. Fica claro concluir que se trata de um período em que as expectativas (boas e/ou más) habitam grande parte dos pensamentos e sentimentos.

A pré-aposentadoria é um momento vivido em duas esferas: no âmbito individual – quando o homem/mulher toma a decisão de se aposentar –, e no âmbito social – momento no qual as pessoas, embora não se definam e nem se reconheçam como “pré-aposentadas”, na prática, parecem viver um momento de “suspensão social” em que um certo vir-a-ser dialético e potencialmente conflituoso demarcado pela condição ainda desconhecida de aposentado vai tomando forma e importância. Imaginar seu futuro próximo como aposentado e dele construir os

rumos de sua própria vida leva em conta inevitavelmente a margem de liberdade social, subjetiva e econômica de cada indivíduo e, assim, a expectativa é marcada pela seleção possível dentro do que se projeta para si mesmo (Wagner, 1979). Vale destacar que, “em uma cultura estruturada a partir do trabalho produtivo fora da unidade doméstica, a entrada e saída do mundo do trabalho determinam mudanças importantes no ciclo vital, contribuindo para estabelecer as grandes transições na biografia pessoal” (Redondo, 1992, p. 1).

Em decorrência das mudanças vividas por essa fase da vida e dos conflitos a que podem estar associadas, a oferta e o significado do trabalho para pessoas mais velhas, a aposentadoria e o chamado “custo social do envelhecimento” (Salgado, 1992), constituem alguns dos temas que vêm despertando atenção de órgãos públicos e sociais preocupados com essa nova categoria de cidadãos brasileiros em potencial crescimento – a população adulta madura e os idosos.

Ações têm sido implementadas, no Brasil, visando esse segmento populacional, como por exemplo, a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994) e o Estatuto do Idoso (Lei 10/741/2003). Além dessas medidas de proteção e garantia de direitos para esse segmento populacional, programas de preparação para a aposentadoria têm sido criados, ainda que sejam considerados insuficientes, como apontaram Rodrigues, Ayabe, Lunardelli e Canêo (2005).

Justamente para que se possam estabelecer políticas públicas efetivas para essa categoria social em expansão, com seus conflitos e significados peculiares, é que se faz urgente uma maior aproximação de sua realidade. Diante de mais um acontecimento balizador em suas vidas, (Sheehy, 1988) em que os ganhos e perdas serão colocados novamente à prova (Baltes, 1987; Neri, 2001), a passagem para a aposentadoria e suas primeiras vivências são de grande importância para desmistificar preconceitos e viabilizar ações de mudança social.

Assim, este estudo objetiva investigar e comparar as expectativas diante da aposentadoria de um mesmo grupo de pessoas em dois momentos de sua vida profissional: (a) prestes a se aposentar, com um prazo de um a três meses para efetivar a aposentadoria; (b) após já terem aproximadamente um ano de sua aposentadoria instituída.

MÉTODO

Participantes

Participaram voluntariamente do estudo 15 homens e 15 mulheres ($n=30$), residentes na cidade de Ribeirão Preto-SP, com idades variando de 40 a 69 anos, divididos em três estratos socioeconômicos distintos para fins

deste estudo, sendo cinco homens e cinco mulheres em cada estrato. Os critérios de inclusão na amostra foram: estar exercendo alguma atividade profissional formalizada e remunerada, sendo assim um contribuinte reconhecido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e que atendessem às premissas da expressão *prestes a se aposentar*, ou seja, resguardasse um intervalo estimado de um a três meses de exercício da profissão até a aposentadoria formal. Foram excluídas da amostra pessoas que esperavam a aposentadoria por invalidez ou acidente de trabalho, trabalhadores que estavam prestes a se aposentar exclusivamente pelo setor público e trabalhadores da zona rural. As especificidades de cada um desses grupos faz com que mereçam estudos apropriados às suas características e contextos e não constituem objeto deste estudo.

Estratificação socioeconômica

Para o presente estudo, de natureza qualitativa, considerou-se satisfatório categorizar os participantes em três grandes grupos socioeconômicos: Grupo A representa o estrato socioeconômico mais elevado, o Grupo B corresponde à grande classe média e o Grupo C representa a parcela socioeconomicamente desprivilegiada.

Para a estratificação socioeconômica, utilizou-se como referência o método descrito por Pina-Neto (1983) e Pina-Neto e Petean (1999), que consiste na atribuição de pontos para três variáveis ponderadas: *Profissão*, *Escolaridade* e *Renda* e sua categorização de acordo com cada grupo. Os valores da pontuação e a classificação por estrato socioeconômico foram adaptados para esse estudo visando obter maior fidedignidade com a realidade estudada. Em complementaridade à estratificação por sistema de pontos, utilizou-se também o critério de identidade de classe como um dos instrumentos auxiliares na estratificação. Segundo Bourdieu (1973), a identidade de classe é um modo de vida no qual os valores, o estilo, o discurso e as atitudes são bem mais significativos do que simplesmente a situação de classe.

Os nomes utilizados no estudo são fictícios a fim de garantir a privacidade dos participantes e foram atribuídos de acordo com o grupo ao qual pertenciam. Homens e mulheres pertencentes ao Grupo A, B ou C receberam nomes iniciados, respectivamente, com essas mesmas letras, o que facilita sua identificação por estrato socioeconômico.

Instrumentos de coleta dos dados

Cabe ressaltar que por se tratar de um estudo de seguimento (*follow-up*), cada instrumento de coleta foi utilizado com cada participante, nos dois momentos da pesquisa (pré e pós-aposentadoria). No presente estudo, utilizou-se: (a) entrevista semi-dirigida com roteiro semi-estruturado; (b) notas de campo (do pesquisador).

Procedimentos de coleta dos dados

O local escolhido para realizar a seleção dos participantes foi o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de Ribeirão Preto. Não coube ao INSS nenhuma forma de divulgação de nomes ou lista de sujeitos, apenas a facilitação no ambiente para o contato com os possíveis participantes que se encontravam na fila para dar entrada ao pedido de aposentadoria.

Para cada participante em potencial (ou seu representante) foram apresentados os termos gerais do estudo, preenchido um cadastro (com informações a respeito de renda, escolaridade, profissão, endereço para realização da entrevista, telefone e data do primeiro contato) e feito o convite para a participação efetiva. Quando se deu início a primeira fase de coleta dos dados, foi feito um contato com os participantes cadastrados para agendamento da entrevista em sua residência ou local de trabalho, procedimento que garantiu maior acesso aos hábitos e ao cotidiano de cada participante. Após anuência e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, as entrevistas tanto do primeiro quanto do segundo momento foram áudio-gravadas em fita cassete e cronometradas.

No intervalo entre o primeiro e segundo momento de coleta (aproximadamente um ano), foi mantido contato (por telefone ou pessoalmente) com cada participante a fim de garantir a continuidade do bom vínculo estabelecido, além do acompanhamento das etapas que precederam à chegada da aposentadoria. Estabeleceu-se um período mínimo de cinco meses após aposentadoria para a participação dos indivíduos no segundo momento da pesquisa. Esse critério foi adequado para que cada participante que tivesse conseguido se aposentar nesse período, já tivesse uma vivência mais consciente de sua nova condição identitária.

Análise de dados

Os preceitos descritos por Minayo (1994) para tratamento e análise de dados qualitativos foram os mais adequados para o estudo. A autora descreve três etapas para a sistematização dos dados de pesquisas qualitativas: pré-análise; classificação dos dados e análise final. Visando a atender tal proposta, constituiu-se o *corpus* da pesquisa com base na leitura exaustiva das entrevistas. Os eixos temáticos de análise foram definidos a partir da identificação dos eventos recorrentes na fala dos participantes.

Referencial metodológico

As indagações suscitadas pela pesquisa conduziram à elucidação de crenças, valores, criação de sentidos e de fenômenos entendidos como uma construção social, localizados em determinada cultura e momento histórico

específico. Dessa forma, a abordagem qualitativa se mostrou a mais apropriada para a pesquisa (Bogdan & Biklen, 1997; Minayo, 1999; Spink, 1999). Dentro do referencial qualitativo, o estudo foi conduzido de modo exploratório, descritivo e com características de acompanhamento (*follow-up*).

Foi adotado como pressuposto epistemológico da pesquisa (Guba & Lincoln, 1994) a abordagem interpretativista ou compreensivista, a qual traz como prerrogativa a ótica do sujeito pesquisado e não do pesquisador, buscando sempre atingir a compreensão de um dado fenômeno e não sua mera explicação causal (Silva, 1998; Triviños, 1992). Assim, levando-se em conta o processo dialético existente entre o sujeito e o mundo em que este vive, a atenção está voltada para a averiguação dos significados que o próprio sujeito da situação a ser investigada lhe confere (Martins & Bicudo, 1989; Triviños, 1992; Valles, 1997).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiro momento: diversidade de expectativas diante da aposentadoria iminente

O momento em questão aborda as percepções de cada participante diante de uma nova realidade que passará a compor suas identidades: a condição social de aposentado e as expectativas que habitam suas percepções.

Você ser comentado pelos colegas que você está aposentado e quem está em progresso na empresa, pessoas novas comentar: “Pô! Os aposentados a empresa tinha que tirar fora pra dar mais chance pra gente”. Você está aposentado e sendo desfolado, colocado de lado pelos próprios colegas de trabalho. É normal, né? Comentários de colegas. Acha que aposentado não tem o desenvolvimento de um camarada mais novo querendo fazer carreira. O aposentado pode estar mais, sossegado, mas nem sempre é assim. (Antônio, 55 anos).

Ser visto pelos colegas de trabalho como “aposentado” (dito, nesse caso, com a mesma conotação de “dispensável”) foi uma das expectativas mais incômodas para os participantes da pesquisa. O relato de Antônio retrata uma das maneiras com que o aposentado é visto dentro do próprio ambiente de trabalho, como alguém velho que precisa ser substituído pelo novo, como algo já utilizado e que agora não tem mais espaço no mundo da produção (Beauvoir, 1990; Carlos, Jacques, Larratúa, & Heredia, 1999; Haddad, 2000; Rosa, 1994).

A vivência da marginalização já é pressentida e seu discurso é o retrato de muitas questões que permanecem implícitas ou negadas com respeito à aposentadoria do trabalhador brasileiro. Para o mundo da produtividade, a partir da meia-idade, o trabalhador passa a representar um risco à capacidade para o trabalho, enquanto que a juventude se torna um dos principais fatores considerados no recrutamento de um trabalhador. Antônio demonstra esse sentimento de desconforto já prevendo o constrangimento de ser apontado pelos colegas mais jovens.

Sentir-se incomodado e “culpado” pela futura condição de não-trabalho associada à vadiagem: nesse trecho evidencia-se uma das vertentes descritas por Dejours (1992), a saber, a ideologia da vergonha que incute no direito merecido de desfrutar de seu tempo livre um sentimento de desconforto moral e uma sensação de vadiagem. Nesse contexto, a expectativa com a futura aposentadoria causa constrangimento. No relato de Antônio, evidencia-se essa vivência quando se refere ao sentimento de ser “desfolado” (no sentido de exploração) na empresa, como aposentado. Assim, concordando com Stucchi (1998), a aposentadoria foi transformada de direito trabalhista em uma verdadeira violência contra o trabalhador, nas palavras de Cícero (54 anos): “Eu gostaria muito que eu aposentasse pra curtir um pouco porque até hoje nós só trabalhamos e não curtimos nada dessa vida, então tem o direito, né? De viajar um pouquinho”.

A expectativa do incremento na qualidade de vida propiciado pela chegada da aposentadoria é também bastante referida como a grande possibilidade de poder desfrutar desse tempo, outrora dedicado ao trabalho, de forma imediata e prioritária com viagens. A esse respeito, os achados do presente trabalho são semelhantes aos resultados da literatura nacional (Fenalti & Schwartz, 2003; Romanini, Xavier, & Kovaleski, 2005) e internacional (Blekesaune & Solem, 2005; Moschis, 2002) sobre o assunto.

Entretanto, a expectativa de poder aproveitar o tempo da aposentadoria usufruindo de opções de lazer perpassou pelo viés das condições econômicas de cada Grupo, garantindo ou não a realização prática de alguns de seus anseios. Além do fator socioeconômico, há um aspecto psicológico que merece atenção. França (1999) discorre sobre o fato já esperado em algumas situações de que a aposentadoria passa a representar uma espécie de libertação da rotina e a concretização do tempo reservado ao prazer e ao lazer. Seria a expectativa da “liberdade tardia” descrita por Lehr (1999), como a vivência de sentimentos positivos com relação à aposentadoria, querendo aproveitar as experiências que não puderam alcançar devido ao envolvimento com o trabalho e à dura rotina instituída, o que Santos (1990) denominou de “período de restauração”.

Todavia, a época da aposentadoria provavelmente durará muito mais do que alguns meses de dedicação às férias e ao descanso e, dessa forma, imaginar que o tempo livre de aposentado será preenchido exclusivamente por atividades de lazer pode ser um equívoco.

Segundo a participante Beth (58 anos): “As condições da aposentadoria eu acho muito baixa pra você ter um bom padrão de vida, isso aí pesa muito pro idoso. Como vai frequentar um bom restaurante, tudo isso requer dinheiro, não é verdade? Então a aposentadoria é uma coisa que precisa ser melhor”. Para o entrevistado Conrado (60 anos), “A aposentadoria no Brasil é brincadeira, não tem nem condição de falar que vai aproveitar. Estou achando que vai ficar pior ainda, você não sabe o que vem, quanto que é”.

Em contrapartida, para quem vê a aposentadoria como substituto do salário e não como um acréscimo em seu orçamento com a continuidade do trabalho, a expectativa pode revelar situações inversas, em que a qualidade de vida está sendo encarada como algo a ser prejudicado futuramente. Não há a expectativa de alcançar condições satisfatórias de sobrevivência para grande parte da população de futuros aposentados brasileiros, nesse período da vida, principalmente para os futuros aposentados das classes sociais menos favorecidas. Essa não é uma realidade restrita aos países em desenvolvimento. Guardadas as devidas proporções de recursos oferecidos e de oportunidades asseguradas, Moschis (2002) relata que entre a população norte-americana de meia-idade e mais velha tem sido recorrente a preocupação, nos últimos anos, com a sua futura condição financeira. Muitas pessoas relatam já esperar pela queda no padrão de vida e a possibilidade de necessitar de ajuda de terceiros com a chegada da aposentadoria.

Assim, percebe-se que a espera da aposentadoria vislumbra paulatinamente o futuro financeiro incerto que, por sua vez, acumula-se no espectro de instabilidades trazidas pela pré-aposentadoria. Não se sabe se lhe será dada a oportunidade de permanência no trabalho, se terá ainda condições físicas de manter-se em atividade e, com isso, a expectativa da aposentadoria é tida sob uma esfera de desconfiança com relação aos seus direitos de cidadão.

O que vai mudar não pela aposentadoria, mas pelo que o país está me oferecendo, talvez o meu padrão de vida vai descer um pouco mais. Eu não sei o que vem ainda pela minha frente, não quero pensar, eu tenho que acreditar em Deus. Ele proverá com certeza, mas vejo que vai ser cada vez mais difícil. Outras oportunidades de trabalho não arrumam. (Áurea, 60 anos).

Áurea consegue fazer uma importante diferenciação ideológica. Ela associa a falta de oportunidades ou o decréscimo possível de sua qualidade de vida a uma consequência mais profunda de desigualdade e insuficiência de condições construídas pela organização política do país, e não diretamente à aposentadoria. Sua fala desvela a posição de “bode expiatório” na qual muitas vezes a aposentadoria é colocada, como sendo essa condição a responsável (culpada) pela problemática de desemprego das pessoas mais velhas e da má distribuição dos recursos orçamentários. Além disso, deixa clara sua vontade de não contar com os benefícios como única fonte de sobrevivência. Ela se refere à falta de oportunidades para buscar, por meios próprios, o incremento digno capaz de garantir sua qualidade de vida merecida. Para Carla (65 anos): “Acho que vou trabalhar como voluntária numa creche ou casa de pessoas idosas, é o que eu penso. Se um dia eu não trabalhar mais vou ser sim, voluntária. Eu espero, né?”. Já para Alzira (69 anos): “A única coisa que pensei se realmente parar de trabalhar, eu gostaria de trabalhar como voluntária. Em hospital, talvez com crianças e pacientes. Como uma possibilidade de uma contribuição”.

Quando esperam que o trabalho formal seja impossibilitado ou reduzido, há a possibilidade substancial de dedicação a atividades voluntárias. Esse fato, confirmado pelos depoimentos de entrevistados de todos os Grupos, aponta para uma tendência mundialmente crescente entre a população de meia-idade e mais velha, que espera encontrar no voluntariado um modo de contribuir socialmente por meio do trabalho e manter-se em níveis elevados de bem-estar coletivo, preservando o sentimento de utilidade (Dentinger & Clarkberg, 2002; França, 1999; Hyde, Ferrie, Higgs, Mein, & Nazroo, 2004; Phillipson, 2004; Smith, 2004).

Essa referência foi significativamente considerada pelas mulheres do estudo, em detrimento absoluto dos homens. Esse dado também confirma uma das características da atividade voluntária no Brasil, em sua maioria realizada por mulheres acima dos quarenta anos. Uma das razões apontadas para esse perfil seria que a mulher se aposenta em média 15% mais cedo do que os homens, devido aos critérios de idade diferentes entre gêneros para aposentar-se, e apresentam uma expectativa de vida 10% maior, portanto, buscam preencher seu tempo com outras atividades e dispõem, em média, de mais tempo para exercê-la (Selli & Garrafa, 2005). Também é necessário levar em consideração que o voluntariado é um trabalho que, no Brasil, não é especializado, além de ser em grande parte dirigido aos setores da saúde e sociais. A esse respeito, a identidade de gênero, que naturaliza o papel do cuidado, seja formal ou informal, associado às funções femininas, garante de forma

mais aceitável esse tipo de atividade para as mulheres (Dentinger & Clarkberg, 2002).

Esse momento me trouxe uma carga de tensão, de insegurança nesse sentido. Foi muito difícil eu fiquei muito insegura. Quem trabalhou a vida inteira como eu... eu esperava no final da vida uma vida confortável, diferente, agora eu não sei se é isso. (Beth, 58 anos).

Os sentimentos de insegurança e ansiedade se propagam simplesmente pela vivência do momento de transição para a aposentadoria. A tentativa de conjecturar sobre esse período, em que se fará indispensável a reformulação de alguns fatores identitários, gera o medo do desconhecido, do novo, atitude própria dos chamados acontecimentos balizadores (Sheehy, 1988). Acumula-se o receio da quebra da estabilidade tanto financeira quanto psicológica, e a necessidade de um processo de orientação para esse período de incertezas e questionamentos dos papéis, então estabelecidos e reconhecidos, se faz evidente.

Você fica imaginando: “Amanhã vai sair (a aposentadoria)”. Chega o correio você já espera. É aquela loucura, sabe? No fim você sofre mais que antes de entrar nesse negócio de aposentadoria. Fica imaginando, pode dar algum problema lá dentro não sair, espera e aí? E se não sair? O quê que eu vou fazer? Chance pra ser registrado eu não tenho mais, não tem condições. Agora é culpa de quem? É de quem está dentro de casa? A pessoa olha pra você e fala: “Quantos anos você tem?”, “Ah, eu tenho 50”, “É velho”. Infelizmente é a situação que a gente vive. E cada vez que passa aumenta mais a expectativa, será que vai dar certo, que não vai? (Cícero, 54 anos).

A espera que cerca a chegada da aposentadoria e a avaliação das condições presentes parece intensificar a angústia para quem deposita no benefício sua grande esperança de sobrevivência. A organização atual do mercado de trabalho constrói uma superfície pantanosa para o trabalhador das classes desprivilegiadas, o qual, no auge de sua capacidade produtiva e já com um arcabouço considerável de experiência no trabalho, passa a pensar na futura aposentadoria como fonte de remuneração, uma vez que sua condição de trabalhador passa a ser progressivamente ameaçada pelo avanço da idade.

Assim, fica mais claro que o pedido de aposentadoria nessas condições é fruto da necessidade financeira, como uma espécie de “tábua de salvação” contra a insegurança do emprego ameaçado. O exercício autônomo de escolha para o

momento de se preparar para a substituição de sua identidade de trabalhador pelo status de aposentado já demonstra sua construção violenta sobrepujando as vontades do sujeito (Beauvoir, 1990; Carlos e cols. 1999; Stucchi, 1998). Nas palavras de Alda (52 anos): “Ah, vai ser legal, né? Vai ser muito bom. Vou até comemorar o primeiro pagamento (risos) vou passar a ser aposentada agora”, segundo Caetano (63 anos): “Eu trabalhei esse tempo todo e agora chegou a hora da aposentadoria. Espero que seja bom, né? Acho que vai ser, vou ser aposentado e comemorar também que nem a data de aniversário (risos)”.

Por outro lado, quando a aposentadoria é o reflexo de uma escolha autônoma, o caminho de transição entre o que é conhecido e desconhecido torna-se mais legítimo. A transitoriedade de identidades e sua consequência mais clara, ser reconhecido como aposentado, passa a ser vista como parte do processo de desenvolvimento, se apropriando com maior consciência de cada etapa da vida, diminuindo o sentimento de insegurança e angústia diante do novo. Encarada dessa maneira, a aposentadoria passa a ser mais um dentre muitos outros momentos de transição (Savishinsky, 2002; Sheehy, 1988) que merece ser celebrado como marco de um novo momento de vida.

Segundo momento: aposentadoria instituída

Com a aposentadoria instituída, os participantes se vêem diante do “desconhecido”, das inseguranças e incertezas da condição de aposentado. Imersos nessa nova realidade, suas vozes e expressões retratam o que esse evento foi capaz de alterar, confirmar ou trazer à tona em suas vidas. Para Cícero (54 anos), “Se eu deixasse pra pedir minha aposentadoria muito velho, com o trabalho cansativo que tenho, ia usar minha aposentadoria só pra comprar remédio. E isso eu não quero, quero aproveitar também”. Segundo Aurora (54 anos): “O tempo passa e se fosse receber muito velha, ia aproveitar esse dinheiro como? Então quero pegar minha aposentadoria, e curtir, me divertir com família e amigos agora que estou saudável, certo?”.

A maneira que os participantes esperam poder usufruir de sua aposentadoria apresentou diferenças entre os Grupos estudados, como mostram as falas de Cícero e Aurora, principalmente em relação ao universo de possibilidades e escolhas que a situação financeira de cada indivíduo lhe oferece. No entanto, houve algo comum que permeou as vontades subjetivas: independente da condição financeira considerando o universo de possibilidades de cada Grupo, o desejo de maior contato familiar prevaleceu.

Esses achados corroboram alguns estudos sobre o assunto, em que casais e familiares de pessoas já aposentadas

consideraram que a chegada da aposentadoria contribuiu positivamente na qualidade e no estreitamento da relação (Dorfman, 2002; Hilbourne, 1999). Tal constatação pode ser entendida como consequência de uma das maiores conquistas do século XX – o aumento da expectativa de vida não apenas em quantidade de anos, mas principalmente em condições gerais de saúde física e mental. Isso possibilita que os aposentados contemporâneos busquem (ou melhor ainda, exijam) condições de satisfação não somente quanto à manutenção do bem-estar físico, mas principalmente quanto à participação ativa na sociedade. Essa mudança de significações vem se configurando como um verdadeiro desafio desses tempos.

Mexeu comigo, com meu físico inteirinho. Minha cabeça, tudo, porque eu achava que ia aposentar e continuar trabalhando. Fiquei uns seis meses muito derrubada, porque eu me achava muito nova pra parar. Com o tempo eu fui aceitando. Foi uma barra pesada. O que me segurou muito também foi ver que de manhã, cinco, seis horas da manhã, eu não precisava mais levantar, picar cartão (risos contidos) e foi isso que me segurou, viu? Eu estava livre do cartão de ponto (risos) a aposentadoria me libertou de acordar cedo e picar cartão. Sinto falta, sim, mas estou livre também. (Cristina, 60 anos).

Cristina sofreu uma grande decepção ao ver que sua maior expectativa com a chegada da aposentadoria – continuar trabalhando na fábrica sob um novo contrato – não pôde se concretizar. Entretanto, é interessante perceber que uma de suas fontes de sustentação psicológica, nesse momento de crise, foi o significado que atrelou à aposentadoria como liberdade e autonomia. Confirmando os achados de pesquisas já referidas a esse respeito (França, 1999; Lehr, 1999; Santos, 1990), a associação do momento da aposentadoria como “liberdade tardia” foi mantida nas duas etapas do presente estudo. Nesse segundo momento, com os participantes já aposentados, vários recorreram a essa conotação como uma forma de alívio (Lehr, 1999).

O estudo de Santos (1990) aponta que foi observada a vivência da aposentadoria como liberdade das funções opressoras de trabalho. Ainda na referida pesquisa, identificou-se que dentre as pessoas que enxergavam a aposentadoria como liberdade, a maioria era do sexo feminino e detinha um cargo profissional intermediário ou de pouca qualificação. Os resultados de Santos (1990) estão em consonância com os achados do presente estudo, quando ambos apontam que a percepção de conquista da autonomia e liberdade com a efetivação da aposentadoria é mais evidente entre as mulheres pertencentes aos grupos

socioeconômicos que neste estudo foram classificados como B e C. Tais resultados merecem atenção mais detalhada em futuros estudos sobre o tema.

Sinceramente, senti muito orgulho (risos em tom pensativo). Depois de tanta coisa, né? Eu não tinha nem esperança de conseguir porque com aquele negócio do CIC, você sabe que o CIC é um documento importante. Se tivesse comprado uma casa, carro no meu nome eu teria perdido, porque eu estava como estelionatário. Que constrangimento, meu Deus. E eu nem sabia, achei que nem ia conseguir; mas lutei, limpei meu nome e consegui. (Antônio, 55 anos).

Ao dar prosseguimento a seu pedido de aposentadoria, Antônio descobriu por meio de uma intimação policial que havia sido mais uma vítima de fraude envolvendo a previdência. No entanto, precisou prestar esclarecimentos judiciais na condição de “estelionatário”. Sua documentação havia sido clonada e havia algum tempo já usavam seu nome para recebimento de auxílio doença.

Essa constatação motivou Antônio a lutar por sua aposentadoria como uma conquista de cidadania e respeito pessoal. Assim, a expectativa com relação à condição de aposentado, que no primeiro momento da pesquisa era associada a sentimentos de vergonha em ser reconhecido como “inútil” pelos colegas de trabalho, hoje está sendo vivenciada por ele como um motivo de orgulho, como a efetivação de um direito e uma sensação de justiça conquistada.

Pra mim foi decepcionante mesmo. Fiz planos com esse dinheiro, ia ser um acréscimo pra mim, sabe? Mas poxa (choro breve) eu ainda não sei o que é aposentadoria, só fiquei com a parte ruim de me sentir velha, só isso. Contava em investir em mim, sabe? E estou recebendo menos do que paguei. Eu perdi tudo, perdi minha chance de trabalhar. Não tive recompensa, é um desrespeito comigo. A aposentadoria pra mim é decepção, frustração. (Beth, 58 anos).

Sentir-se injustiçado com o valor do provento recebido foi um fato comum nessa segunda fase. Contudo, na maioria das vezes, os participantes de todos os Grupos relataram que o recebimento do benefício poderia servir como um incremento (ainda que modesto) em sua qualidade de vida. Para Beth, esse significado não existiu, sua decepção parece extrapolar as fronteiras financeiras e a sensação de desvalorização é pessoal, deixando marcas em sua identidade. No discurso pesaroso de Beth está

implícita a sensação de perda de sua auto-estima e respeito individuais que já vinha sendo vivenciada ainda na fase de pré-aposentadoria. A aposentadoria precocemente instituída refletiu a desvalorização de seus planos pessoais que precisaram ser preteridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação entre as expectativas dos participantes, em um momento de transição repleto de mudanças e conhecido por trazer instabilidades de papéis identitários, revelou a força da visão estigmatizada associada à aposentadoria, e como a constatação real da experiência dos participantes deste estudo, como aposentado, pode lhes resguardar novas aquisições de papéis que muitas vezes se tornam surpreendentes. A experiência própria como aposentado é reflexo da síntese que cada indivíduo é capaz de realizar entre a pressão social, sua constituição pessoal e os recursos materiais e subjetivos dos quais dispõe.

A comparação entre os dois momentos da pesquisa, a pré-aposentadoria e a vivência da aposentadoria instituída, evidencia a busca por maior liberdade, por melhorias no contato familiar e na qualidade de vida. No entanto, também expõe as contradições desse processo dinâmico que transforma a identidade de cada indivíduo. As experiências de ganhos e perdas permeiam a vida do trabalhador, do indivíduo prestes a se aposentar e do sujeito aposentado.

É importante ressaltar que as mudanças que esta pesquisa aponta no que diz respeito às expectativas, às novas vivências e mesmo na aquisição ou adjudicação de papéis correspondem ao tempo ainda curto que esses participantes experimentam como aposentados. Mudanças advindas com o passar de um tempo mais prolongado podem ser fontes de novas investigações.

Notou-se que prevaleceu como anseio de prazer utilizar-se dos recursos financeiros disponíveis e oriundos da aposentadoria para o estreitamento do convívio familiar,

a satisfação pessoal e o investimento em qualidade de vida. Justamente o que foi se perdendo através dos tempos como símbolo do preenchimento do tempo livre por atividades vinculadas ao trabalho e que na vivência da aposentadoria, pareceu necessitar de recuperação independente da condição econômica disponível, pois tal demanda se fez presente e adaptada à realidade financeira de todos os Grupos do estudo.

A constatação dessa realidade indicou que há a necessidade de potencializar, por meio de programas de orientação para a aposentadoria alicerçados pelas diretrizes da orientação profissional e reorientação de carreira, o significado do tempo livre atrelado a maiores incentivos em desenvolvimento pessoal e social, o que não requer, em muitos casos, uma demanda estritamente pecuniária. Neste aspecto, a orientação profissional e, sobretudo, a reorientação de carreira nessa fase da vida, se apresentam como base de conhecimento de extrema importância ao proporem a criatividade e o aproveitamento do tempo como fonte real de prazer, desvinculado da culpa e do medo pelo não-trabalho. A diferenciação por grupos socioeconômicos, como o estudo demonstra, não pode ser obstáculo ao exercício do direito à qualidade de vida e a uma atitude profilática ligada à manutenção e criação de alternativas viáveis de atividades com a chegada da aposentadoria.

O aumento significativo do número de pessoas em situação de pré-aposentadoria e aposentadoria instituída é uma realidade cada vez mais presente no cenário nacional. Faz-se urgente, portanto, reestruturar as atenções disponibilizadas pelo Estado e pela sociedade, tendo em vista o atendimento às necessidades básicas da vida cotidiana. Por outro lado, no contexto da produção científica, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos sistematizados que possam subsidiar a definição de políticas públicas, bem como de implementação de estratégias de atendimento a esta população, considerando os diferentes subgrupos, as diferentes necessidades em cada faixa etária.

REFERÊNCIAS

- Baltes, P. B. (1987). Theoretical propositions of the life-span developmental psychology: On the dynamics between growth and decline. *Developmental Psychology*, 23(5), 611-626.
- Beauvoir, S. (1990). *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Blekesaune, M., & Solem, P. E. (2005). Working conditions and early retirement: A prospective study of retirement behavior. *Research on Aging*, 27(1), 3-30.
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1997). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- Bourdieu, P. (1973). *La distinction*. Paris: Minuit.
- Carlos, S. A., Jacques, M. G. C., Larratéa, S. V., & Heredia, O. C. (1999). Identidade, aposentadoria e terceira idade. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 1, 77-89.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré.

- Dentinger E., & Clarkberg, M. (2002). Informal caregiving and retirement timing among men and women: Gender and caregiving relationships in late midlife. *Journal of Family Issues*, 23(7), 857-879.
- Dorfman, L. T. (2002). Retirement and family relationships: An opportunity in later life: Issues for couples, ties to children and grandchildren, obligations to parents. *Generations*, 26(2), 74-79.
- Fenalti, R. C. S., & Schwartz, G. M. (2003). Universidade aberta à terceira idade e a perspectiva de re-significação do lazer. *Revista Paulista de Educação Física*, 17(2), 131-141.
- França, L. (1999). Preparação para a aposentadoria: Desafios a enfrentar. Em R. P. Veras (Org.), *Terceira idade: Alternativas para uma sociedade em transição* (pp. 11-34). Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Guba, E., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. Em N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Orgs.), *Handbook of qualitative research* (pp. 105-117). London: Sage.
- Haddad, E. G. M. (2000). *O direito à velhice: Os aposentados e a previdência social*. São Paulo: Cortez.
- Hilbourne, M. (1999). Living together full time? Middle-class couples approaching retirement. *Ageing & Society*, 19(2), 161-183.
- Hyde, M., Ferrie, J., Higgs, P., Mein, G., & Nazroo, J. (2004). The effects of pre-retirement factors and retirement route on circumstances in retirement: Findings from the Whitehall II study. *Ageing & Society*, 24(2), 279-296.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2000). *Tendências demográficas: Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000*. Retirado em 18 março 2004, de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_tendencias.shtm.
- Lehr, U. (1999). A revolução da longevidade: Impacto da sociedade, na família e no indivíduo. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 1, 7-36.
- Martins, J., & Bicudo, M. A. V. (1989). *A pesquisa qualitativa em psicologia: Fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Educ/Moraes.
- Minayo, M. C. S. (1994). *O desafio do conhecimento científico: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (1999). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moschis, G. P. (2002). Retirement and retirees: An emerging business opportunity: Retirement is becoming business. *Generations*, 26(2), 61-65.
- Neri, A. L. (2001). O fruto dá sementes: Processos de amadurecimento e envelhecimento. Em A. L. Neri (Org.), *Maturidade e velhice: Trajetórias individuais e socioculturais* (pp. 11-52). Campinas, SP: Papyrus.
- Phillipson, C. (2004). Work and retirement transitions: Changing sociological and social policy contexts. *Social Policy & Society*, 3(2), 155-162.
- Pina-Neto, J. M. (1983). *Aconselhamento genético: Avaliação dos resultados através do seguimento tardio das famílias*. Tese de Livre Docência não-publicada, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Pina-Neto, J. M., & Petean, E. B. L. (1999). Genetic counseling follow-up: A retrospective study with a quantitative approach. *Genetics and Molecular Biology*, 22(3), 295-307.
- Redondo, N. (1992). La construcción de una imagen social de la vejez. Em *Congreso Español de Sociología*, 4. Madrid: Sociología de las Edades.
- Rodrigues, M., Ayabe, N. H., Lunardelli, M. C. F., & Canêo, L. C. (2005). A preparação para a aposentadoria: O papel do psicólogo frente a essa questão. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6(1), 53-62.
- Romanini, D. P., Xavier, A. A. P., & Kovaleski, J. L. (2005). Aposentadoria: Período de transformações e preparação. *Revista Gestão Industrial*, 1(3), 93-102.
- Rosa, M. I. (1994). *Trabalho, subjetividade e poder*. São Paulo: EDUSP.
- Salgado, M. A. (1992). Mitos e preconceitos sócio-culturais com a velhice: Responsabilidades do trabalho social. Em *Anais do Seminário Nacional de Especialistas Multidisciplinares em Terceira Idade*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.
- Santos, M. F. S. (1990). *Identidade e aposentadoria*. São Paulo: EPU.
- Savishinsky, J. (2002). Creating the right rite of passage for retirement: Celebrate with care. *Generations*, 26(2), 80-82.
- Selli, L., & Garrafa, V. (2005). Bioética, solidariedade crítica e voluntariado orgânico. *Revista de Saúde Pública*, 39(3), 473-478.
- Sheehy, G. (1988). *Passagens: Crises previsíveis da vida adulta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Silva, M. G. S. (1999). Idosos aposentados: Representações do cotidiano. *Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento*, 1, 91-104.

- Silva, R. C. (1998). A falsa dicotomia qualitativo-quantitativo: Paradigmas que informam nossas práticas de pesquisas. Em G. Romanelli & Z. M. M. Biasoli-Alves (Orgs.), *Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa* (pp. 159-174). Ribeirão Preto, SP: Legis Summa.
- Smith, D. B. (2004). Volunteering in retirement: Perceptions of midlife workers. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 33(1), 55-73.
- Spink, M. J. (Org.). (1999). *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.
- Stucchi, D. (1998). O curso da vida no contexto da lógica empresarial: Juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. Em M. M. L. Barros (Org.), *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política* (pp. 34-46). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Triviños, A. N. S. (1992). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Valles, M. S. (1997). *Técnicas cualitativas de investigación social: Reflexión metodológica y práctica profesional*. Madrid: Síntesis Sociología.
- Wagner, H. R. (1979). *Fenomenologia e relações sociais: Textos escolhidos de Alfred Schütz*. Rio de Janeiro: Zahar.

Recebido: 19/11/2008
1ª Revisão: 24/03/2009
Aceite final: 01/04/2009

Sobre as autoras

Camila Vianna Duarte é psicóloga, Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP), atua em psicologia clínica e institucional.

Lucy Leal Melo-Silva é psicóloga, docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do curso de Psicologia do Departamento de Psicologia e Educação, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP), Editora da Revista Brasileira de Orientação Profissional, autora de livros na área da Orientação Profissional e Formação em Psicologia e pesquisadora do CNPq.